

REFLEXÕES SOBRE OS CASOS DE AIDS NA POPULAÇÃO NEGRA, NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA, NO PERÍODO DE 1980 A 2022

MARCELLE DI PAULA DA COSTA LOBATO E MICHELLE DE CÁSSIA SOUSA
FERREIRA

RESUMO

O HIV/AIDS é uma doença que afeta milhões de pessoas no mundo todo, mas que tem um impacto desproporcional na população negra. Essas diferenças refletem as desigualdades sociais, econômicas e raciais que afetam essa população no Brasil. É preciso combater o racismo estrutural que perpetua as vulnerabilidades desse grupo populacional frente ao HIV/AIDS. O objetivo do trabalho é refletir a cerca da incidência da AIDS na população negra no município de Abaetetuba/PA, considerando os casos notificados no SINAN nos anos de 1980 a 2022. O processo metodológico percorrido está referenciado pelo método dialético marxista o qual visa compreender e analisar a realidade, os processos sociais e as contradições da sociedade, considerando aspectos qualitativos e quantitativos. Diante do cenário de casos de AIDS na população estudada foi realizado um levantamento de dados no Departamento de HIV/AIDS, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DATHI), evidenciando que: 9% dos casos notificados são de pessoas brancas, 81% pretas e pardas (população negra), 1% amarela, 0% indígena e 10% ignorada. Assim é preciso reconhecer e combater as iniquidades que colocam a população negra em maior risco de infecção e morte por HIV/AIDS. Para isso, é necessário fortalecer as políticas públicas de saúde, educação e assistência social voltadas para essa população, bem como promover a participação social e o empoderamento das pessoas negras na resposta à epidemia. Também é fundamental sensibilizar a sociedade para a importância do respeito à diversidade e da solidariedade com as pessoas vivendo com HIV/AIDS, independentemente de sua cor, etnia, gênero ou orientação sexual.

Palavras-chave: Infecção; raça; vírus; vulnerabilidade e preconceito.

1 INTRODUÇÃO

O Vírus da imunodeficiência humana – HIV -, ao longo dos anos, vem sendo estudado por inúmeros cientistas do mundo inteiro. Esse vírus quando não tratado afeta o sistema imunológico, resultando na Síndrome da imunodeficiência Adquirida – AIDS, a qual ataca o sistema imunológico responsável por defender o organismo de doenças (BRASIL, 2023). Na contemporaneidade, o desafio é buscar novas formas de olhar para a saúde das pessoas e para a relação que a sociedade estabelece com HIV/AIDS.

No ano de 1980 foram registrados os primeiros casos no Brasil, na cidade de São Paulo, a doença afetava principalmente homens que faziam sexo com outros homens, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos, acarretando inúmeros desafios para as políticas públicas, de modo particular à saúde. Por consequência transfigurando-se numa expressão da questão social em razão do aumento acentuado e pela dificuldade em conter a epidemia no cenário brasileiro (CLEMENTINO, s/d).

A partir da disseminação da epidemia do vírus, o governo teve que dar respostas à sociedade em formas de políticas públicas com medidas de prevenção, educação e assistência aos infectados. Assim foi criada pelo Ministério da Saúde o Programa Nacional de DST e AIDS (PN-DST/AIDS) que defendia a saúde como um direito cidadão e de responsabilidade do Estado, além do atendimento ser universal, esse programa foi se distanciando das três esferas governamentais. Entretanto, em contrapartida aconteceram mudanças políticas, como a aprovação da Constituição Federal de 1988, que na área da saúde resultou no Sistema Único de Saúde (SUS) que tem como um dos fundamentos a universalidade dos direitos.

Com esse novo sistema de saúde brasileiro, iniciou-se as distribuições de medicamentos específicos que abriram novas perspectivas de prolongar o tempo de sobrevivência de pacientes com HIV positivo (VILLARINHO et, al. 2013).

Essas iniciativas contribuíram para reduzir a mortalidade e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/AIDS no Brasil. No entanto, a epidemia ainda é um grave problema de saúde pública, que afeta desigualmente diferentes grupos sociais.

Diante desse cenário o Ministério da Saúde (MS) aborda o conceito de populações prioritárias, ou seja, são aquelas que são afetadas pela epidemia de maneira diferente da população geral. Enfatiza-se que a dinâmica social tem correlação com o território que ocupam, tendo uma relação intrínseca com o grau de maior vulnerabilidade social. Entre estas, estão: pessoas em situação de rua, população negra e parda e população indígena.

As pessoas pretas e pardas são as mais afetadas pela AIDS/HIV no Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2019, a taxa de detecção de casos de AIDS foi de 29,5 por 100 mil habitantes entre as pessoas pretas e pardas, enquanto entre as pessoas brancas foram de 15,4 por 100 mil habitantes. Além disso, a taxa de mortalidade por AIDS foi de 6,3 por 100 mil habitantes entre as pessoas pretas e pardas, enquanto entre as pessoas brancas foram de 3,6 por 100 mil habitantes.

Essa disparidade é decorrente de diversos fatores sociais, econômicos e culturais que aumentam a vulnerabilidade das pessoas pretas e pardas à infecção pelo HIV e ao acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado. Entre esses aspectos estão: a pobreza, a desigualdade, o racismo, o estigma, a discriminação, a violência, a falta de informação, a baixa escolaridade, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e à prevenção.

A proposta do trabalho em questão refere-se às inquietações acerca da incidência da AIDS na população negra no município de Abaetetuba/PA¹, considerando os dados do DATHI dos casos de AIDS notificados nos anos de 1980 a 2022.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O processo metodológico desse trabalho tem base no método dialético marxista para poder compreender a realidade na qual estão incluídas os processos sociais e as contradições da sociedade. A finalidade do trabalho é refletir a cerca da incidência da AIDS na população negra.

A Pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de leituras de obras dos autores que tratam do assunto em questão como CLEMENTINO, VILARINHO; FRY, dentre outros, considerados clássicos no que tange esse assunto, a fim de possibilitar uma melhor

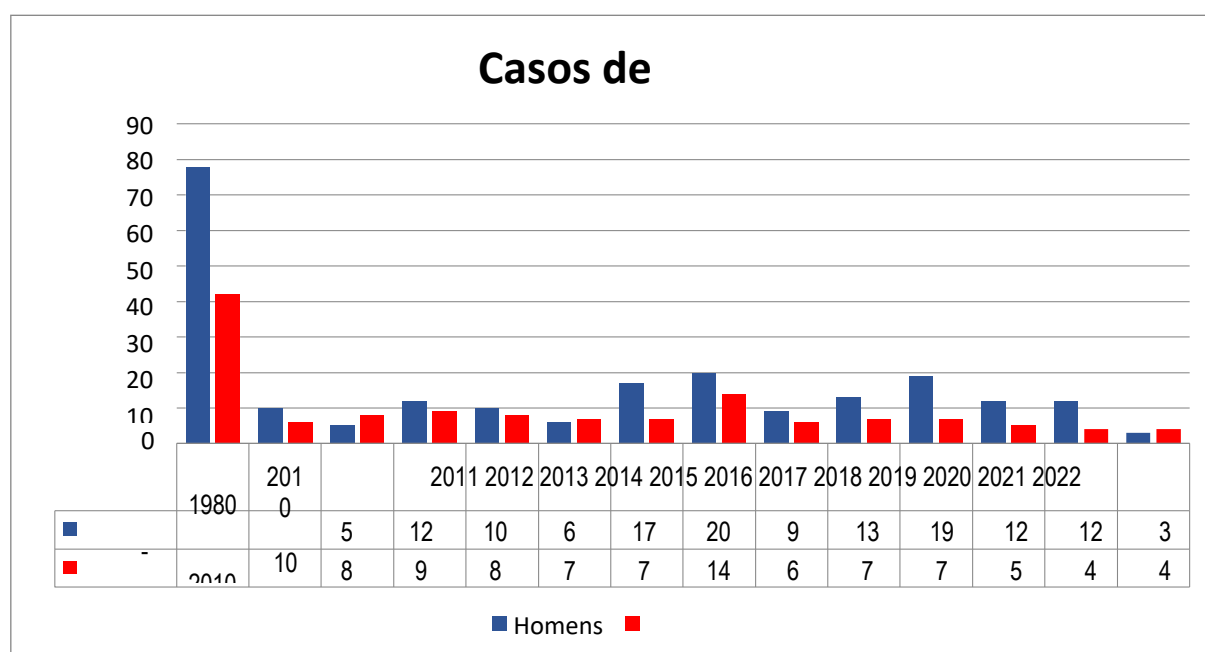
¹ Abaetetuba/PA é um município brasileiro do estado do Pará, pertencente à microrregião de Cametá. Está localizada no norte brasileiro, as margens do Rio Marataúira (afluente do Rio Tocantins). O Município, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é formado por dois distritos: Abaetetuba (sede) e a Vila de Beja. De acordo com o censo do IBGE de 2022, Abaetetuba/PA possui um contingente populacional de 158.188 habitantes. Segundo a estimativa de 2021 tem atualmente 160.439 habitantes, sendo o 7º município mais populoso do Pará.

compreensão acerca do tema abordado, levando como fonte basilar o Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Por fim, foi realizado um levantamento de dados no Departamento de HIV/AIDS, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis – DATHI, onde foram buscados dados referentes ao critério raça/cor do município de Abaetetuba/PA, no período de 1980 a 2022.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando os dados do DATHI notificados no SINAN,² declarados no SIM³ e registrados no SISCEL⁴/SICLOM⁵, no período 1980 a 2022, verificou-se que ocorreram 360 (trezentos e sessenta) casos de AIDS, os quais estão distribuídos nos respectivos anos de acordo com o gráfico abaixo:



Fonte 1: MS/SVSA/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. NOTAS: (1) SICLOM utilizado para validação dos dados do SISCEL; (2) SINAN de 1980 até junho/2022, SISCEL de 2000 a junho/2022 e SIM de 2000 a 2021; (3) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Considerando os casos de AIDS notificados no SINAN, segundo raça/cor por ano de diagnóstico, constatou-se que no período de 1980 a 2022, foram contabilizados 16 casos na população branca, 9 na preta, 1 na amarela, 141 na parda, 0 na indígena e 19 foram ignorada. Como ilustra a tabela abaixo.:

² Sistema de Informação de Agravos de Notificação

³ Sistema de Informações de Mortalidade

⁴ Sistema de Informação de Exames Laboratorial

⁵ Sistema de Controle Logístico de Medicamentos

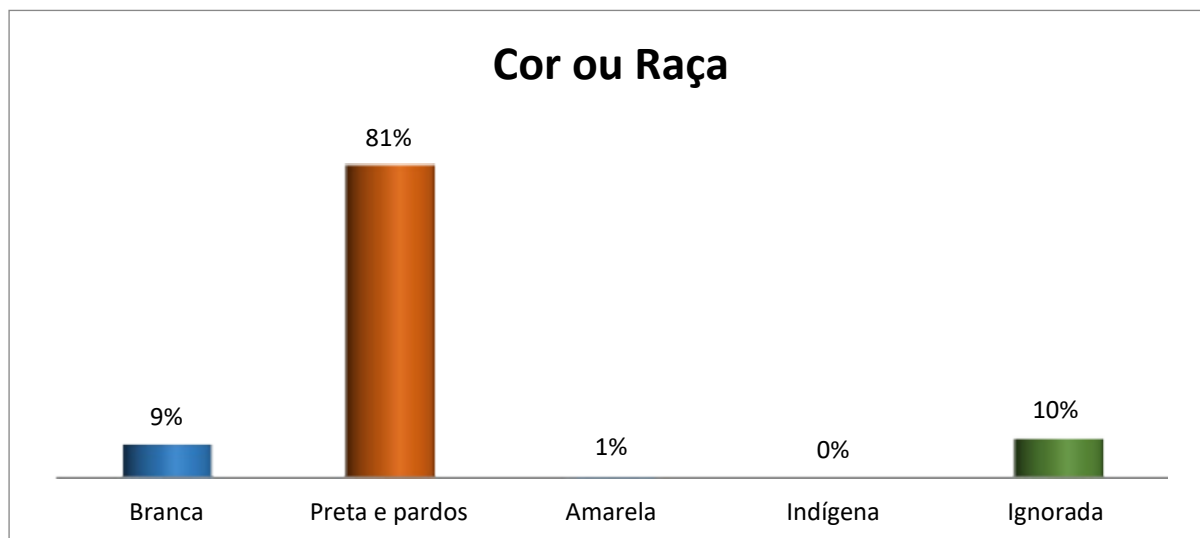
Cor ou Raça Branca		Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorada
1980-2008	5	4	1	45	-	15
2010	1	-	-	8	-	3
2011	-	-	-	3	-	-
2012	-	-	-	14	-	-
2013	1	-	-	10	-	1
2014	2	-	-	3	-	-
2015	2	-	-	14	-	-
2016	3	1	-	20	-	-
2017	1	-	-	4	-	-
2018	-	2	-	6	-	-
2019	-	1	-	7	-	-
2020	-	-	-	4	-	-
2021	-	1	-	1	-	-
2022	1	-	-	2	-	-
Total	16	9	1	141	0	19

Fonte 2: MS/SVSA/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. NOTAS:(1) Casos notificados no SINAN até 30/06/2022; (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

Vale ressaltar que no Brasil, a introdução da variável “raça” se deu no ano de 1996, sendo uma forma de preencher lacunas de estatísticas, tornando-se importantes para grandes reflexões, principalmente em saúde. Com base no autor Fry et al, afirma-se que: No Brasil, a introdução da variável “raça” nos bancos de dados nacionais que sistematizam, direta ou indiretamente, informações referentes ao HIV/AIDS, como no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), em 1996, ou no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) em 2001, é tão recente que impossibilita a análise de tendências a longo prazo. São análises dessa natureza que, de fato, importam em uma perspectiva epidemiológica. (FRY PH et al: 497- 498:2007)

Nesse contexto, por mais que o IBGE pesquise a cor/raça da população brasileira, utilizando as categorias pretas e pardas de forma separadas, o autor Fry *et al* afirma que a junção desses dois grupos populacionais constitui a população negra, como assevera abaixo: Exemplifiquemos. O discurso produzido (e reproduzido) é que os dados, analisados a partir do exame de proporções, sinalizam para um aumento dos casos de HIV/AIDS na “população negra” (tomados como a junção de pardos e pretos). Contudo, ao se dar um passo adicional, de desmembrar essa categoria, igualmente usando proporções, vê-se que o incremento dá-se entre os pardos, mas não entre os pretos. Se os dados de “cor/raça” tratados de maneira agregada, mesmo que na superfície, com todas as fragilidades já apontadas, ainda dão a ilusão de um crescimento na “população negra”, o mesmo não acontece no caso da escolaridade. FRY PH et al: 521-522:2007)

Com base nos estudos do autor supracitado, foi possível realizar o agrupamento dos dados para construir o percentual da população negra afetada pelo vírus HIV/AIDS, no período de 1980 a 2022, no referido município. Assim constatou-se que 81% são pessoas pretas e pardas (população negra), 10% ignorada, 9% branca e 1% amarela. Como ilustra o gráfico abaixo:



Fonte 3: MS/SVSA/Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. NOTAS: (1) Casos notificados no SINAN até 30/06/2022; (2) Dados preliminares para os últimos 5 anos.

A vulnerabilidade da população negra à infecção pelo HIV é um problema de saúde pública que envolve fatores sociais, econômicos, culturais e biológicos. Contudo, as desigualdades sociais e o racismo estrutural⁶ enraizado na sociedade afeta de maneira acentuada este segmento populacional, principalmente o acesso e a qualidade dos serviços de saúde. Portanto, para reduzir a vulnerabilidade desta população à infecção pelo HIV, é preciso promover ações afirmativas que garantam seus direitos, a equidade em saúde e o enfrentamento do estigma e da discriminação.

4 CONCLUSÃO

Apesar dos avanços na prevenção e no tratamento do HIV/AIDS, ainda persistem estigmas e preconceitos contra as pessoas infectadas pelo vírus. Constantemente, são associadas à promiscuidade, à imoralidade ou à irresponsabilidade. Essas atitudes podem gerar discriminação, violência e exclusão social. Além disso, podem dificultar o acesso aos serviços de saúde e ao diagnóstico precoce da infecção. Por isso, é importante combater o estigma e promover o respeito e a solidariedade às pessoas vivendo com HIV/AIDS.

Para reduzir o impacto da AIDS/HIV na população negra, é preciso fortalecer as políticas públicas de saúde voltadas para os mesmos, garantindo o acesso universal e equitativo aos testes rápidos de HIV, aos preservativos masculinos e femininos, à profilaxia pré-exposição (PrEP) e à profilaxia pós-exposição (PEP), aos antirretrovirais e ao acompanhamento médico. Também é preciso promover a educação em saúde sexual e reprodutiva, o respeito à diversidade e aos direitos humanos, o combate ao racismo e a discriminação e o empoderamento das pessoas pretas e pardas para que possam se proteger e viver com qualidade de vida.

A falta de acesso à informação, à prevenção, ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado são fatores que contribuem para a maior vulnerabilidade dessa população. Além disso, o estigma, a discriminação e o racismo dificultam o enfrentamento da epidemia e a garantia dos direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/AIDS.

⁶ É o termo usado para se referir a naturalização de ações, hábitos, situações, falas e pensamentos que já fazem parte do cotidiano de um povo e que promovem, direta ou indiretamente, a segregação e o preconceito racial; se refere ao fato de existirem sociedades estruturadas com base na discriminação, privilegiando a raça branca.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/hiv-aids/o-que-e>. Acesso em 25 de outubro de 2023.

CLEMENTINO, M. O; SOUZA, M. A. S.L. de. **O HIV/AIDS como expressão da “questão social”: demandas de intervenção para os/ as assistentes sociais**. II Congresso Brasileiro de Ciências da saúde (II CONBRACIS), s/d.

Dicionário Informal. Disponível em:
<https://www.dicionarioinformal.com.br/racismo%20estrutural/>. Acesso em 25 de outubro de 2023.

FRY, P.H. et al. **AIDS tem cor ou raça? Interpretação de dados e formulação de políticas de saúde no Brasil**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(3): 497-523, mar, 2007.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/KCMdhJW5ngkVtBnwcc5HCqm/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em 25 de outubro de 2023.

FRY, P.H. et al. **Os autores respondem**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(3): 521-523, mar, 2007. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/6VB6vkXGJqqyF7Mc3D4xqjH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25 de outubro de 2023.

VILLARINHO; PADILHA *et, al*. **Políticas Públicas de saúde face à epidemia da AIDS e a assistência as pessoas com a doença**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília 2013.